



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8296 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 13 - Educação Fundamental

### A COMEMORAÇÃO DO CALENDÁRIO CÍVICO E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS CARIOCAS

Patricia Coelho da Costa - PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

### A COMEMORAÇÃO DO CALENDÁRIO CÍVICO E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS ESCOLAS CARIOCAS

O tema desta comunicação é o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O trabalho foi elaborado a partir da investigação de práticas pedagógicas voltadas para a construção do conhecimento histórico e, desenvolvidas em escolas da rede municipal do município do Rio de Janeiro durante o ano de 2019. Foram aplicados 50 questionários aos professores e houve a realização de 5 entrevistas, com o objetivo de identificar as permanências caracterizam o ensino de História desde 1975, quando foi organizada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, após a fusão do Estado da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, até os dias de hoje.

Bittencourt (2009) destaca *que o ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras, variando, no entanto de importância no período que vai do século XIX ao atual* (p.60). Com o advento da República, a História ensinada nas salas de aula passou a ter como objetivos principais o despertar do nacionalismo, a transmissão das tradições nacionais e a homogeneização da cultura histórica.

Durante os anos de 1980, a mobilização dos professores e o processo de redemocratização do país levaram a mudanças. Em 1983, no município do Rio de Janeiro foi apresentado o livro “Reformulação Curricular – História 5ª a 8ª séries” elaborado pelos professores Francisco Alencar, Ana Maria Monteiro, Nádia Cruz e Heloísa Menandro também conhecido como “Livro Azul” que fez parte do documento “Fundamentos para elaboração do Currículo Básico das escolas públicas do Município do Rio de Janeiro”. Advinda das experiências desenvolvidas no Laboratório de Currículos, essa proposta curricular tinha como referência a perspectiva de que deveria ser desenvolvido o senso crítico do aluno, que deveria se reconhecer como sujeito e protagonista do processo histórico.

A Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, trouxe reformulações ao ensino. Foi determinado que os currículos do Ensino Fundamental deveriam ter uma base nacional comum, composta obrigatoriamente pelo conhecimento da realidade social e política, especialmente a do Brasil (BRASIL, 1996). O ensino da História do Brasil, neste segmento

foi assegurado no parágrafo 4º, que reforçou a obrigatoriedade do ensino deveria levar em conta as contribuições de diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente as matrizes indígena, africana e europeia.

Magalhães (2007) indica outro movimento da reformulação curricular ocorrida na década de 1990. Trata-se do estabelecimento de parâmetros básicos para o ensino por meio da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O documento sugere a interdisciplinaridade, a transversalidade e a organização do currículo por competências. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, os PCNs oficializaram, em âmbito nacional, a separação das disciplinas “História e Geografia”. O foco da aprendizagem histórica seriam competências e habilidades como analisar, comparar, registrar, formular hipóteses que deveriam ser estimuladas independente da temática escolhida pelo professor. Neste aspecto, a proposta representava uma ruptura com o formato cívico e os estudos do meio, quando as competências e habilidades passavam a ser referência para a organização de currículos.

No contexto de mudanças nas políticas sociais, atreladas ao movimento acadêmico multicultural crítico, surgiu a Lei Federal 11.645, de 10 de março de 2008. Esta alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena*.

Em 2013, a Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SMERJ) elaborou as *Orientações Curriculares* que estabeleceram objetivos, conteúdos, habilidades para cada disciplina escolar, com o propósito de uniformização do currículo da rede. De acordo Moraes; Spindola (2017) as orientações curriculares, os Cadernos Pedagógicos e os descritores compunham a proposta curricular assumida pela SMERJ. No caso da História não havia descritores, tão pouco orientações curriculares para o ciclo de alfabetização.

Os movimentos acadêmicos de reformulação da história escolar, a LDB e os PCNs em seu formato original, intencionavam proporcionar uma ruptura com as práticas de ensino de História desenvolvidas ao longo do século XX. Neste sentido influenciaram a reformulação de propostas curriculares municipais. Agora mais de vinte anos após a criação destes documentos, faz-se necessário construir canais que possibilitem avaliar o formato que a educação histórica escolar possui atualmente.

Os questionários composto por 20 questões foram aplicados aos professores dos anos iniciais de diferentes Coordenadorias Regionais de Educação do município do Rio de Janeiro. Foi garantido o anonimato dos docentes, que responderam o documento em casa, fora do horário de trabalho e enviaram as respostas por email à pesquisadora.

Todos os professores que responderam ao questionário possuem mais de cinco anos de experiência docente. Os docentes reconheceram a importância do ensino de história nos anos iniciais. Um percentual significativo dos professores, a saber, 47,5%, declarou que dedica até dois dias por semana às atividades de aprendizagem histórica. Enquanto 45% dos docentes respondeu que desenvolve as atividades de ensino de história em apenas um dia da semana. Neste sentido, aspecto destacado por Esteban (2012) que a partir da implantação da Provinha Brasil as atividades de ensino direcionaram-se pelos conteúdos que serão avaliados nesses testes padronizados, deve ser considerado. Nas entrevistas, os professores admitiram que se priorizam os conteúdos que serão avaliados nas avaliações externas. Como não há prova de história, menos tempo é dedicado a esta área disciplinar

A partir dos objetivos da pesquisa sobre a permanência de práticas tradicionais, foi perguntado aos professores sobre a importância da comemoração de data cívicas. A maior dos docentes respondeu que trabalha com o calendário cívico porque considera importante. Em seus planejamentos mensais consta pelo menos uma comemoração de data

cívica a cada trinta dias. Entre as justificativas apresentadas estão a construção de referências de nacionalidade, noções de historicidade e o enriquecimento cultural do aluno.

Um aspecto que foi ressaltado é que os mestres não consideram contraditório as práticas que envolvem as temáticas de *História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena* e a comemoração de datas cívicas. Assim é possível que no dia 19 de abril se comemore o “Dia do Índio”, em uma perspectiva que contemple a Lei Federal 11.645, de 10 de março de 2008.

A pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento. A partir dos primeiros resultados aqui expostos, é possível concluir que apesar da rotina escolar ser muito influenciada pelas avaliações externas, os professores praticam atividades didáticas de história semanalmente. A comemoração de datas cívicas permanecem como representação do ensino de história, em continuidade de práticas do século XX em nossas escolas primárias.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Ensino Fundamental, Anos iniciais, Permanências

### **Referências bibliográficas**

ABUD, Kátia. O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. *Antíteses*, v. 5, n. 10, p. 555-565, jul./dez. 2012

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 51, p. 573-592, 2012.

MAGALHÃES, Marcelo. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. *Tempo*, v.11, n.5, jun.2007.







